

Para que nossos povos tenham vida

Finalidade de todo itinerário formativo

Agenor Brighenti*

Resumen

Um itinerário formativo na Igreja, cuja finalidade é sempre “a vida em plenitude para nossos povos”, implica concebê-lo como um imperativo da própria fé cristã, que não foge do “real” da realidade da vida, pois religião não é escapismo da concretude da história. Para que leve a uma ação eficaz em favor da vida, no seio de uma sociedade marcada por sinais de morte, a formação precisa visar uma “ação eclesial”, não individual, atomizada ou dispersa e, sim, levada a cabo pelo conjunto dos membros da comunidade eclesial, em perspectiva transformadora, profética, libertadora. Os fundamentos deste itinerário formativo estão nas fontes bíblico-patristicas, de onde decorrem princípios e diretrizes de ação,

* Brasileiro, doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade Católica da Louvain/Bélgica (UCL), atualmente, professor-pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Curitiba (PUCPR), Brasil. Presidente do Instituto Nacional de Pastoral (INP) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), professor-visitante na Universidade Pontifícia do México (UPM), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e no Instituto Teológico-Pastoral para a América Latina (ITEPAL). Foi perito do CELAM na Conferência de Santo Domingo (1992) e da Conferência Episcopal do Brasil em Aparecida (2007).



sistematizados pela Doutrina Social da Igreja, no contexto de cada época.

Palabras clave: Pastoral, Igreja, Formação, Itinerário, Vida, Itinerário, Aparecida.


For Our Peoples to Have Life in Him

Purpose of every formative program

Abstract

Any formative program of the Church, whose purpose is always “fullness of life for our peoples”, has to be understood as an absolute of the Christian faith, which is not escaping from the reality of life, since religion is not a way to evade the historical events. In order to lead to an effective action in favor of life, within a society marked by signs of death, the formation needs to project an “ecclesial action”, which is not individualistic, atomized or disperse, instead it has to be carried out by all members of the ecclesial community in a transforming, prophetic and freeing way. The foundations of this formative program are the biblical-patristic sources, from where principles and guidelines of action spring, they are systematized by the Social Doctrine of the Church in any given historic context.

Keywords: Pastoral, Church, Formation, program, life, Aparecida.



Ação da Igreja, mesmo que sempre perpassada e sustentada pela graça, não deixa de ser uma ação humana, sujeita às mesmas contingências de qualquer outra ação. A Igreja é também fator cultural, pois o mundo é constitutivo dela. Conseqüentemente, para fazer acontecer o “Reino da Vida” (DA 361,366) na contingência da história, não basta a boa vontade, como normalmente acontece no amadorismo de nossas práticas eclesiais. Muitas vezes, pretendemos responder a problemas complexos com respostas simplórias ou transplantando receitas pré-fabricadas, em outro contexto, de outra época¹. A ação eclesial se remete à teologia pastoral, que faz dela uma ação profissional, o que a torna impossível sem um sólido processo de formação do conjunto dos membros de uma comunidade eclesial. Um processo de formação gradual e permanente. Sobretudo, quando se trata de “gerar vida” no contexto de uma realidade complexa, como a que caracteriza nosso momento atual. Para provocar um impacto sobre uma realidade complexa, só uma ação igualmente complexa, o que exige competência, além da sempre incondicional abertura e docilidade ao protagonismo do Espírito, sem o qual não há ação “pastoral”. Mas, não esquecer que a graça age, não “apesar”, mas “através” de nós, dado que Deus sempre se propõe, nunca se impõe, pois respeita nossa liberdade.

A “vida em abundância” (Jo 10,10), que foi tema de *Aparecida*, é central na mensagem cristã, meta de Jesus em sua missão, culminada na ressurreição. Ora, se a questão da “vida” é central na mensagem de Jesus, também precisa ser central, tanto na ação evangelizadora como em todo e qualquer processo formativo na Igreja. Ainda mais quando, para nós, cristãos, a mesma “vida” intra-histórica tornou-se

¹ Há uma tendência, hoje, em desresponsabilizar-se diante de uma situação cada vez mais adversa: tudo o que é bom, a gente pede que Deus faça (providencialismo, milagrismo) e tudo o que está errado é culpa do diabo (demonização da realidade, exorcismo).



com “V” maiúsculo, vida transfigurada em Cristo Ressuscitado, pois o Plano da Redenção é a “recapitulação” do Plano da Criação. Por isso, toda forma de vida é sagrada, digna de ser cuidada, defendida e promovida, ainda que sem perder de vista a dignidade e grandeza do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, criatura co-criadora². Também sem esquecer a “casa” da “vida”, que é a natureza, a mãe-terra (*Pachamama*), “em dores de parto” (*Rm 8,22*) como diz São Paulo, esperando o dia de sua libertação.

Entretanto, a “paixão de Jesus” se prolonga na “paixão do mundo” (L. Boff): escandalosamente, nosso mundo é constituído por “ilhas de prosperidade” (20% de privilegiados), rodeadas de “um mar de pobreza” (80% de excluídos) por todos os lados³ e a mãe-natureza é sistematicamente agredida por uma economia de rapinagem, que põe em risco a vida humana e seus ecossistemas.

Daí a necessidade e a urgência de um processo formativo que capacite os cristãos para o cuidado, a defesa e a promoção da vida, vida esta, situada dentro do Plano da Criação e do Plano da Redenção. Tudo é obra de Deus, redimida em Cristo e, na medida em que continua marcada pela morte em suas múltiplas facetas, é também tarefa dos cristãos continuar a obra da redenção, pela transfiguração, já a partir da contingência da história, de tudo o que está desfigurado.

1. A “vida de nossos povos” como ponto de partida e de chegada do processo formativo

Na Igreja, o alcance dos fins ou do ponto de chegada, depende do ponto de partida, da mesma forma que a ressurreição de Jesus está estreitamente ligada à sua Encarnação –“*o que não é assumido, não é redimido*”– (Irineu de Lión). E mais, os fins são os meios no caminho, pois os meios também são mensagem. Consequentemente, um processo formativo, cuja finalidade seja a “vida de nossos povos”,

² Aparecida advoga por uma “Igreja samaritana” (n. 26,176,419), sensível à dor dos excluídos; uma Igreja “casa dos pobres” (n. 8, 524), com capacidade de acolhida e com estruturas de promoção da vida.

³ Salgado, S. *Êxodos*. São Paulo. Cia. das Letras, 2000. p. 11.

precisa ter explícito o que se entende por “vida” na mensagem cristã e qual seu lugar na obra da evangelização.

O tema da vida, central na mensagem de Jesus, foi também na Conferência de Aparecida: *“discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida”*. Suas conclusões, registradas em Documento, estampam esta centralidade: Primeira parte – *A vida de nossos povos*; Segunda Parte – *A vida de Jesus Cristo nos discípulos missionários*; Terceira Parte – *A vida de Jesus Cristo para nossos povos*.

Em grande medida, nisto está a relevância de *Aparecida*, dado nosso contexto social, marcado por tantos sinais de morte. A banalização da vida, a dominação de uma espécie de “cultura de morte”, que vai do início ao fim da vida humana, passando pela indignante agressão à natureza, desafiam a todos, em especial os cristãos, que têm na “vida em abundância” a razão de ser da Igreja no mundo e, conseqüentemente, de todo programa de um itinerário formativo de seus membros.

1.1. A “Vida” como ponto de chegada

“Eu vim para que todos tenham vida e atenham em plenitude” (Jo 10,10). Esta foi a razão da Encarnação do Verbo, um “descenso” de Deus em vista de um “ascenso” de toda a obra da Criação, em cujo centro está o ser humano, criatura co-criadora, imagem e semelhança de Deus. A ação da Igreja, continuação da obra de Jesus, não tem outra finalidade. Tudo na Igreja precisa, portanto, estar em função da vida, também a formação dos cristãos, desde a iniciação cristã, passando pela catequese e desembocando na capacitação teológico-pastoral. A “vida em abundância” é o centro da *diakonía* da Igreja no mundo, mas sobretudo do culto a Deus. A exigência bíblica - *“eu quero a misericórdia e não o sacrifício”* (Os 6,6) -, posta duas vezes na boca de Jesus, expressa bem o seu zelo pela vida, preferencialmente daqueles que a tem, em vez de abundante, minguada, profanada, agredida, sufocada. Como dizia Irineu de Lión - *“a glória de Deus é o ser humano pleno de vida”* (*gloria Dei, vivens homo*).

Fundado na mesma tradição irineana, como também o franciscanismo, o papa João Paulo II pôde afirmar: *“o ser humano é o caminho*



da Igreja” (*Redemptor Missio*, 72). Jesus é o caminho da salvação e não da Igreja. Na medida em que a Igreja existe para ser mediação da salvação de Cristo a todo o gênero humano, a Igreja existe para o mundo, para cuidar, defender e promover a vida dos seres humanos, no conjunto da obra da Criação. Daí, como afirmou Paulo VI em *Evangelii Nuntiandi*, os laços profundos que unem “evangelização e promoção humana”, entre Plano da Redenção e Plano da Criação (EN 31), superando todo dualismo grego entre corpo e alma, mundo material e espiritual, profano e sagrado, *ora et labora...* Juntamente com o Vaticano II, a encíclica *Deus caritas est*, de Bento XVI, pôs um ponto final a todo escapismo da concretude da história, a uma espiritualidade de *fuga mundi*, com a redução da salvação a uma realidade intimista ou na interioridade da consciência individual (EN 18). *Medellín*, fundamento da tradição eclesial latino-americana de corte transformador e profético, juntamente com a *Gaudiun et Spes*, verá a salvação como a passagem de situações menos humanas para mais humanas (cf. Med. 1,4.5; 8,4.6, 9,4). O Papa Bento XVI no Discurso Inaugural de Aparecida, retomando a *Populorum Progressio* em seus 40 anos de publicação, associa a obra evangelizadora da salvação ao “humanismo integral”, e com a teologia latino-americana, como “libertação autêntica” (DA 146).

1.2. A “vida” como ponto de partida

Ora, se “Deus quer a salvação a partir do corpo”⁴ e se a salvação é “vida em plenitude”, passagem de situações menos humanas para mais humanas, conseqüentemente, como diz Irineu de Lión, “o que não é assumido, não é redimido”. Pela Encarnação, “Deus, sendo rico de fez pobre, para nos enriquecer com sua pobreza” (2Cor 8,9). Como o “descenso” de Deus foi em vista de um “ascenso” de toda a obra da Criação, “ressurreição” é, antes de tudo, “transfiguração”, não de uma outra realidade que a presente, mas da mesma realidade “desfigurada” por tantos sinais de morte, que atentam contra os desígnios de Deus para toda a obra da Criação. Na medida em que a Palavra de Deus é salvação para nós, hoje, como afirma a *Dei Verbum*, não há, por-

⁴ Susin, L. Carlos. “Le danger de vivre et la créativité de la foi”, in H.A.M. Muller – D. Villepelet, *Risquer la foi dans nos sociétés. Églises d’Amérique latine et d’Europe en dialogue*. Paris. Karthala, 2005. p. 31-51.

tanto, fidelidade ao Evangelho, sem fidelidade à realidade presente. A religião, pode ser, mas não é alienação, escapismo – “fuga para o intimismo, para o individualismo religioso” - como frisou Bento XVI em Aparecida (*Discurso Inaugural*, 3). A conversão ao Evangelho da Vida implica “conversão à realidade” histórica concreta, a um compromisso transformador da realidade presente desfigurada em realidade futura, plena de vida. A “conversão à realidade”, à luz do Evangelho, leva portanto a uma inserção por contraste na realidade presente, assumindo as contradições da mesma com os desígnios amorosos de Deus. Em outras palavras, “conversão à realidade” implica assumir os conflitos do próprio contexto e, frente a eles, não transigir com os princípios do Evangelho da Vida, o que pode redundar em perseguição e martírio. É aqui que nos encontramos, como diz Aparecida, com “nossa constelação de mártires” das causas sociais, embora “ainda não canonizados” (DA 98). Sem dúvida, é um novo modelo de santidade, estranho e chocante sobretudo àqueles acostumados em ver virtudes cristãs, mais na piedade pessoal *intra* eclesial do que no heróico compromisso na defesa e promoção da vida, diante de poderosos e inescrupulosos interesses econômicos e políticos.

Um itinerário de formação não pode deixar de colocar os formandos em “contato direto” com sua própria realidade pessoal, familiar, eclesial e social, sobretudo em tempos de tendência a transformar o “real” em “virtual”. A capacitação dos cristãos para sua missão no mundo não poder perder de vista “o real da realidade” (Jon Sobrino), sob pena de não contribuir para “redimir” e, de fazer da religião, alienação. Evangelizar “é, antes de tudo, não ignorar”⁵.

Isso questiona, também, nossa forma de contato com a Bíblia, nossa costureira hermenêutica dos textos revelados na vida de um povo, divorciada da vida concreta da comunidade eclesial (tradição contextualizada), inserida no contexto de uma sociedade marcada por escandalosos sinais de morte. Questiona certas “leituras orantes”, sem relação dialética com a realidade histórica, sobretudo social, fazendo da Palavra de Deus mais um anestésico para a consciência

⁵ Casaldáliga, P. Opción por los pobres, inculturación y comunitariedad. Em: Iglesia Viva 157 (1992); 67-76, aquí p. 72.



do que uma interpelação a cuidar, defender e promover a vida, em especial daqueles que a tem agredida e profanada⁶.

2. O ponto de partida enquanto o “real” da realidade da vida

Já dissemos que o “ponto de chegada” na obra da evangelização depende do “ponto de partida”, da mesma forma que a ressurreição de Jesus está estreitamente ligada à sua Encarnação – “*o que não é assumido, não é redimido*” -, diz Irineu de Lión. Assim, um processo formativo que queira contribuir com a obra redentora de Jesus, precisa também estar encarnado no contexto “real” de seus atores. O *Documento de Aparecida* nos ajuda a colocar os “pés-no-chão” do “real” da realidade latino-americana e a contextualizar um processo formativo em favor da “vida de nossos povos”. Para levar à Vida, com “V” maiúsculo, o processo formativo precisa partir da vida com “v” minúsculo, do “real” da realidade, da concretude da história.

De fato, *Aparecida* não quis perder de vista o “real” da realidade da América Latina e o Caribe, em um mundo marcado por uma cultura que tende a ver tudo de modo virtual e fez da realidade atual seu ponto de partida. Com o Vaticano II, discernindo os novos “sinais dos tempos” (DA 33), constata que nossos povos vivem uma realidade marcada por grandes mudanças (DA 34). Mudanças sempre houve, a novidade é que estas mudanças, na atualidade, com o fenômeno da globalização, têm um alcance global, afetando o mundo inteiro. O ritmo é acelerado (DA 33), trazendo conseqüências para todos os âmbitos da vida social e também para a religião (DA 35).

2.1. O “real” da realidade sócio-cultural

Na explicitação do “ponto de partida” da missão evangelizadora em favor da “vida de nossos povos”, *Aparecida* começa pelo cultural.

⁶ É inadmissível simplesmente transplantar a mesma “*lectio divina*” do contexto monacal-antigo para o contexto moderno atual, ignorando todo o avanço no campo da racionalidade científica e das ciências hermenêuticas. Abordar uma perícopie, sem situá-la dentro do triângulo hermenêutico –texto, contexto, pretexto– é espiritualizá-la, desprovido-a de todo seu potencial transformador.

Comumente, se começa pelo econômico, mas se quis atualizar o paradigma de leitura, em uma sociedade que está fazendo a passagem do social para o cultural. Constata-se que vivemos uma “mudança de época” que se manifesta, sobretudo, no âmbito cultural. Desfaz-se a concepção integral do ser humano, em sua relação com o mundo e com Deus, e surge uma supervalorização da subjetividade individual. O individualismo enfraquece os vínculos comunitários. Deixa-se de lado a preocupação pelo bem comum, suplantada pela busca de realização imediata dos desejos pessoais (DA 44). Veicula-se, pelos meios de comunicação, uma determinada visão da realidade, da felicidade e uma linguagem, que quer se impor como uma autêntica cultura (DA 45). Esta leva as pessoas a viver apenas o presente, no imediatismo, sem projetos a longo prazo, sem preocupação com a ética (DA 47) e, portanto, sem compromissos com o outro, a família e a comunidade (DA 46). O consumismo desperta desejos irrealizáveis, confundindo felicidade com bem-estar econômico e satisfação hedonista (DA 50).

Mas, segundo *Aparecida*, também não se pode ignorar que na ambigüidade desta mudança cultural, aparece o valor fundamental da pessoa, de sua consciência e experiência e a busca do sentido da vida e da transcendência (DA 52). Como surge também a defesa da diversidade cultural de nossos povos, permeada de ricos valores: culturas *indígenas* (com seu apego à terra, vida comunitária e procura de Deus), *afro-americanas* (marcada pela expressividade corporal, o arraigo familiar e o sentido de Deus), *campesinas* (ligadas ao ciclo agrário), *mestiças* (resultado da convergência das culturas originárias em uma história compartilhada) (DA 56), *urbanas* (híbridas, dinâmicas e cambiantes) e *suburbanas* (fruto de migrações, com problemas de identidade, pertença e relação) (DA 58). Soma-se a estas, a contribuição de comunidades de migrantes, que têm trazido culturas e tradições de suas terras de origem, marcadas pelo cristianismo e outras religiões (DA 59). Estas culturas de tradição co-existem de modo desigual com a chamada cultura globalizada, que se impõe através dos meios de comunicação. Isso exige delas dinamismo e interação permanente com as diferentes propostas culturais, sob pena de desaparecerem (DA 57).



2.2. A presença dos povos indígenas e afro-americanos

Na explicitação do “ponto de partida” da ação evangelizadora em favor da “vida de nossos povos”, em *Aparecida*, ligada à situação cultural, está a realidade dos indígenas e afro-americanos. Segundo a V Conferência, os indígenas constituem a população mais antiga do Continente e são a raiz primeira da identidade latino-americana caribenha. Outra raiz são os povos afro-americanos, arrancada da África e trazida para cá como gente escrava. A terceira raiz é população pobre que migrou da Europa desde o século XVI e o grande fluxo de migrantes do mundo inteiro, desde meados do século XIX. De todos estes povos surgiu a mestiçagem, que é base social e cultural de nossos povos (DA 88).

Os indígenas e afro-americanos ainda carecem de reconhecimento, pois a sociedade tende a menosprezá-los. Sua situação social está marcada pela exclusão e a pobreza. (DA 90) Ainda hoje, continuam ameaçados em sua existência física, cultural e espiritual, em seus modos de vida, em suas identidades, em sua diversidade, em seus territórios e projetos. As transformações culturais provocam a rápida desaparecimento de algumas culturas e línguas, fenômeno agravado pela migração, forçada pela pobreza (DA 89). Agora, entretanto, emergem na sociedade e na Igreja. Esta precisa aprofundar seu encontro com eles, que reivindicam o reconhecimento pleno de seus direitos individuais e coletivos, serem tomados em conta na catolicidade com sua cosmovisão, seus valores e identidades particulares, para viver um novo Pentecostes eclesial (DA 91).

Como Igreja que assume a causa dos pobres, dizem os Bispos, estimulamos a participação dos indígenas e afro-americanos na vida eclesial. Vemos com esperança o processo de inculturação. Necessita-se promover mais as vocações e os ministérios ordenados procedentes destas culturas (DA 94). Com estes povos é preciso fomentar o diálogo inter-cultural, inter-religioso e ecumênico, (DA 96) pois sua história está perpassada por uma exclusão social, econômica, política e, sobretudo, racial, em que a identidade étnica é fator de subordinação social. Permanece no imaginário coletivo uma mentalidade colonial. Assim sendo, descolonizar as mentes é a condição para a afirmação da plena cidadania destes povos (DA 95). Na atualidade, o movimento

pelo resgate das identidades, dos direitos civis e contra o racismo, faz das mulheres e homens negros sujeitos construtores de sua história e de uma nova história no Subcontinente (DA 97).

2.3. O “real” da realidade econômica

Um itinerário formativo em favor da “vida de nossos povos” não pode perder de vista a situação econômica. Nos dias de hoje, depois do cultural, o econômico é o fator mais influente na realidade, sobretudo no atual contexto de mundialização. *Aparecida* afirma que globalização tem seu lado positivo, como o acesso a novas tecnologias, mercados e finanças, mas, tem também seu lado negativo, como o risco de grandes monopólios e de converter o lucro em valor supremo (DA 60). Nela, o mercado absolutiza o lucro, convertendo-a em promotora de iniquidades e injustiças (DA 61). Do ponto vista social, a globalização concentra o poder e a riqueza nas mãos de poucos, inclusive o conhecimento e as novas tecnologias, produzindo o grave fenômeno da exclusão e, assim, aumentando as desigualdades e a pobreza de multidões (DA 62).

Uma globalização sem solidariedade afeta os setores mais pobres, gerando novos rostos da pobreza em nosso Subcontinente, tais como: comunidades indígenas e afro-americanas, não tratadas com dignidade e igualdade de condições; mulheres excluídas, por razões de sexo, raça ou situação econômica; jovens, com educação de baixa qualidade, sem possibilidades de entrar no mercado do trabalho e de constituir família; pobres, desempregados, migrantes, desalojados, sem-terra, que buscam sobreviver na economia informal; crianças submetidas à prostituição infantil e ao aborto; milhões de pessoas e famílias, que vivem na miséria e inclusive passam fome; dependentes de drogas, deficientes físicos, portadores do HIV, tuberculose e malária, excluídos da convivência familiar e social; seqüestrados, as vítimas da violência, do terrorismo, de conflitos armados e da insegurança urbana; idosos, excluídos do sistema de produção e muitas vezes rejeitados por suas famílias; presidiários, em situação desumana. Já não se trata do fenômeno da opressão, mas de algo novo, da exclusão social. Os excluídos não são somente “explorados”, mas “supérfluos” e “descartáveis” (DA 65).



Para *Aparecida*, no seio da globalização, os Tratados de Livre Comércio entre economias assimétricas, não beneficiam os países mais pobres, além de permitir o direito de patente sobre a vida em todas as suas formas, como já acontece com a manipulação de organismos geneticamente modificados (DA 67). Na América Latina e no Caribe o subemprego atinge 42% da população, o desemprego, 9% e o trabalho informal afeta quase a metade da população. O trabalho formal vê-se submetido à precariedade das condições de emprego e a pressão constante da sub-contratação, debilitando os sindicatos (DA 71). Os agricultores, em sua maioria estão na pobreza, sem terra, ao lado de grandes latifúndios em mãos de poucos (DA 72).

Um dos fenômenos mais importantes em nossos países é o da mobilidade humana, em que milhões de pessoas são forçadas a migrar dentro e para fora de seus respectivos países. As causas estão na precária situação econômica, na violência e na falta de oportunidades para o desenvolvimento profissional. A exploração do trabalho faz da situação de muitos emigrados, uma verdadeira escravidão. Por outro lado, a remessa de divisas dos emigrados a seus países tem se tornado uma importante e, às vezes, insubstituível fonte de recursos para muitos dos que ficaram (DA 73).

2.4. O “real” da realidade sócio-política

A realidade sócio-política é também parte integrante do “ponto de partida” de um itinerário formativo em favor da “vida de nossos povos”. No campo político, constata *Aparecida* que um fato positivo em nosso Subcontinente é o fortalecimento dos regimes democráticos (DA 74), com a busca de uma democracia participativa, através da participação da sociedade civil e a irrupção de novos sujeitos sociais como os indígenas, os afro-americanos, as mulheres e os setores marginalizados (DA 75). Depois de uma época de debilitamento dos Estados, pela aplicação de ajustes estruturais da economia, recomendados por organismos financeiros internacionais, vê-se um esforço estatal em definir e aplicar políticas públicas nos campos da saúde, educação, alimentação, previdência social, acesso à terra e à moradia, criação de emprego e leis que favorecem as organizações solidárias (DA 76). Fator esperançador é a crescente busca de integração la-



tino-americana, favorecida pela proximidade cultural, lingüística e religiosa (DA 82).

Fator negativo é o recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado, que involucra os poderes legislativo, executivo e judiciário, gerando impunidade e favorecendo o descrédito do povo. Em decorrência, sobretudo entre os jovens, cresce o desencanto pela política e, particularmente, pela democracia (DA 77). A vida social, em convivência harmônica, está se deteriorando com o crescimento da violência, que se manifesta em roubos, assaltos, seqüestros e assassinatos (DA 78).

2.5. O “real” da realidade ecológica

O “cuidado” da obra da Criação é também tarefa confiada pelo Criador às suas criaturas co-criadoras. Ela é o berço da vida, da vida humana e de seus ecossistemas e, portanto, é uma preocupação que precisa estar presente no “ponto de partida” de um itinerário em favor da “vida de nossos povos”.

Neste particular, segundo *Aparecida*, as instituições financeiras e as empresas transnacionais se fortalecem a ponto de subordinar as economias locais, sobretudo debilitando os Estados, que se tornam cada vez mais impotentes para implementar projetos a serviço de sua população. Nesta perspectiva, com freqüência se subordina a preservação da natureza ao desenvolvimento econômico (DA 66): a natureza está sendo agredida; a terra, depredada; a água é tratada pelas empresas como mercadoria ou disputada pelas grandes potências, como é o caso da Amazônia (DA 84), ferida na dignidade de seus povos (DA 85) e ameaçada de internacionalização (DA 86).

3. Uma formação que leve a uma ação “eclesial” e “profética” no mundo

Para alcançar o ponto de chegada –“a vida em plenitude”-, a partir do ponto de partida, que é o “real” da realidade da vida de nossos povos, um processo formativo precisa também preocupar-se com uma ação que seja “eclesial” –a comunidade eclesial como o



sujeito da ação-, e “profética”, que assuma os conflitos de seu contexto histórico.

Neste particular, clama *Aparecida*, que a Igreja, para ser promotora da “vida em abundância a nossos povos”, precisa “desinstalar-se de seu comodismo, estancamento e tibieza, à margem do sofrimento dos pobres do Continente”. É preciso que cada comunidade cristã se converta em um “poderoso centro de irradiação da vida em Cristo”. Para isso, dizem os bispos, “esperamos um novo Pentecostes que nos livre do cansaço, da desilusão e da acomodação onde estamos” (DA, 362). E continua o Documento, esta firme decisão missionária de promoção da cultura da vida, “deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos de pastoral, em todos os níveis eclesiais, bem como toda a instituição eclesial, abandonando as estruturas ultrapassadas” (DA, 365).

3.1. Igreja e sociedade

Um itinerário formativo, cuja finalidade seja a “vida de nossos povos”, precisa levar os cristãos a se situarem dentro da sociedade, segundo o novo lugar da Igreja proposto pelo Concílio Vaticano II. Afirma o Concílio que, embora a Igreja não seja deste mundo, ela está no mundo e existe para a salvação do mundo, para ser nele “sinal e instrumento” (sacramento) do Reino de Deus, que é sua meta. Não é o mundo que está na Igreja, mas é a Igreja que está no mundo. O mundo é constitutivo da Igreja. O eclesiocentrismo pré-conciliar, além de eclipsar o Reino de Deus, não respeitava a autonomia do temporal, redundando numa Igreja “absorvedora” em lugar de “servidora” do mundo. Evangelizar consistia em sair para fora da Igreja, a fim de trazer pessoas para dentro dela, pois *extra ecclesiam nulla salus*.

Em sua “volta às fontes”, o Concílio Vaticano II auto-compreendeu a Igreja e sua missão, na indissociabilidade do trinômio Igreja-Reino-Mundo. Não há Igreja sem Reino e sua missão é ser sacramento deste Reino no mundo, descentrando-a de si mesma⁷. Diz textualmente

⁷ Cfr. Hunermann, Peter. “Reino de Dios”. Em: *Sacramentum Mundi*, Tomo Quinto. Barcelona. Herder, 1973, col. 880-897; Sobrino, J. “El reino de Dios anunciado por Jesús. Reflexiones para nuestro tiempo”. Em: *Tejiendo Redes de Vida y Esperanza. Cristianismo, sociedad y profecía en América Latina y El Caribe*. Bogotá. IndoAmerican Press, 2006. p. 267-288, aqui p. 283-288. Ver, también, Sobrino, J., “Centralidad del Reino de Dios en la teología de la liberación”. Em: *Mysterium Liberationis*. Madrid. Trotta, 1990. p. 467-510.

o Concílio: “... a Igreja, enriquecida com os dons de seu fundador, observando fielmente seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em meio a todas as pessoas, e constitui na terra o gérmen e o princípio deste Reino” (*Lumen Gentium* 5,2).

Como se pode constatar, o Reino de Deus não acontece somente na Igreja, enquanto comunidade dos redimidos, socialmente constituída. Como também não acontece unicamente na interioridade secreta da consciência, na meta-histórica subjetividade religiosa, mas se produz na concretude da realização do amor ao próximo, apesar da ambigüidade da história, em suas objetivações empiricamente perceptíveis. Em consequência, a missão da Igreja, de fazer acontecer o Reino de Deus, se dá no mundo e para o mundo. A interação Igreja-Reino-mundo, entretanto, se dá numa relação de tensão, marcada por uma distância da Igreja frente ao mundo e, ao mesmo tempo, de inserção nele. Só quando a Igreja assume uma distância do mundo enquanto mundaneidade e, ao mesmo tempo, adere a ele, torna-se sacramento de salvação do mundo. A distância do mundo é legítima, na medida em que o Reino de Deus não se identifica simplesmente com o desenvolvimento autônomo da realidade mundana, o que equivaleria a absolutizar o mundo. Entretanto, esta distância não pode ser completa, pois o Reino de Deus, nossa salvação, tem uma dimensão imanente, intra-histórica. Ele começa acontecendo no “já” da história⁸.

Assim sendo, a distinção e tensão entre Igreja e mundo, mediados pelo Reino de Deus, impede toda tentativa de controle da sociedade por parte da Igreja. A Igreja não está fora e muito menos acima da sociedade civil, ao contrário, forma parte dela e está chamada a inserir-se em seu seio, numa atitude de serviço. Sua missão é ser fermento na massa, através da ação capilar dos cristãos, enquanto cidadãos, procurando colaborar com todas as pessoas de boa vontade, na realização histórica de uma sociedade perpassada pelos valores do Evangelho, que são autênticos valores humanos. É através da inserção ativa dos cristãos, como cidadãos, que se garante a presença construtiva da Igreja, em favor de uma sociedade justa e fraterna para todos. Trata-se,

⁸ Rahner, K. “Iglesia y Mundo”. Em: *Sacramentum Mundi, Enciclopedia Teológica*, Tomo Tercero. Barcelona. Herder, 1973, col. 752-775; P. Bigo-F.B. de Ávila. *Fé cristã e compromisso social*. São Paulo. Ed. Paulinas, 1986, aqui p. 111-119 (Igreja e Mundo).



portanto, de uma presença plural, segundo as mediações históricas possíveis e compatíveis com o Evangelho, peregrinando com toda a humanidade, segundo os desígnios do plano amoroso de Deus.

3.2. Igreja e profecia

O processo formativo, além de levar os cristãos a se inserirem no mundo, precisa prepará-los, também, para assumir as contradições de seu próprio contexto. Vimos que, entre Igreja e Mundo, há uma relação de tensão, pois enquanto sacramento da presença do Reino de Deus na ambiguidade da história, a inserção da Igreja é por contraste. Uma ação pastoral de encarnação, enquanto assumir para redimir, é sempre sinal de contradição diante de toda e qualquer situação de injustiça e exclusão⁹. Assim, para a Igreja na América Latina, juntamente com o Vaticano II que optou pelo ser humano como caminho da Igreja, dada a situação de exclusão de grandes contingentes da população do continente, situação escandalosa aos olhos da fé por causa da predileção de Deus pelos excluídos, é preciso optar antes pelos pobres (Med 14,9)¹⁰. Eles estão numa situação de “não-homem”, profanados em sua dignidade de filhos criados à imagem e semelhança de Deus. A Igreja na América Latina, na medida em que foi sendo companhia de caminho dos últimos e esquecidos, foi tomando consciência de que a opção pelos pobres é o fio-de-ouro que tece as Escrituras do Gênesis ao Apocalipse¹¹.

Optar pelos pobres, entretanto, significa fazer do excluído não um objeto de caridade, mas sujeito de sua própria libertação, ensi-

⁹ Muñoz, R. “Para una eclesiología latinoamericana y caribeña”. Em: *Tejiendo Redes de Vida y Esperanza. Cristianismo, sociedad y profecía en América Latina y El Caribe*. Op. cit. p. 333-352, aqui p. 345-352.

¹⁰ Foi inspiradora para o grupo de bispos da “Igreja dos Pobres”, durante o Vaticano II e, sobretudo, para a Igreja na América Latina, a convocação de João XXIII – “por uma Igreja dos pobres, para que seja a Igreja de todos” -, cf. Radio-mensagem de 11 de set. de 1962. O desejo do Papa foi retomado pelo Cardeal Suenens durante o Concílio, com o respaldo dos cardeais Lercaro e Montini, cfr. MacGrath, M. “Présentation de la Constitution L’Eglise dans le monde de ce temps”. Em: *Vatican II*, tome III, Commentaires. Paris. Les Ed. du Cerf, 1967. p. 25-30, aqui, p. 26, nota 8.

¹¹ Gutiérrez, G. “La opción profética de una Iglesia”. Em: *Tejiendo Redes de Vida y Esperanza. Cristianismo, sociedad y profecía en América Latina y El Caribe*. Op. cit., p. 307-320; Richard, P. “La Iglesia Católica en América Latina y El Caribe y la opción por los pobres”. Em: *Tejiendo Redes de Vida y Esperanza. Cristianismo, sociedad y profecía en América Latina y El Caribe*. Op. cit. p. 321-331.

nando-lhe a ajudar-se a si mesmo (Med 14,10). O assistencialismo é um anestésico para a consciência dos incluídos; já fazer dos pobres sujeitos de uma sociedade inclusiva de todos, é delatar o cinismo dos satisfeitos. Por isso, dizia Dom Hélder Câmara: “quando dou um pão a um pobre, dizem que sou cristão; mas quando aponto para a causa de sua fome, dizem que sou comunista”. Ir às causas incomoda. O Evangelho, que nos remete à nossa própria consciência, incomoda. A “memória perigosa” do Jesus de Nazaré incomoda. É neste sentido que a evangelização passa pela conscientização, pela denúncia profética, pela formação política, pela reivindicação de políticas públicas de inclusão, pela parceria com o poder público organizações populares, enfim, pelo enfrentamento com as estruturas de exclusão e as poderosas forças que as sustentam.

A profecia da Igreja se dá igualmente em sua forma de inserção no mundo. O Vaticano II conclamou a Igreja inserir-se no mundo, no coração da história, no seio da sociedade (*Lumen Gentium* 50, GS 40). Entretanto, a Igreja na América Latina dirá: não basta inserir-se no mundo; é preciso, sim, inserir-se no mundo, mas dentro de que mundo? Do mundo da minoria dos incluídos ou da maioria dos excluídos? Do mundo dos 20% da população que detém 80% dos recursos do planeta ou do mundo dos 80% de excluídos que vegetam com os 20% dos recursos sobrantes?¹² Alerta Medellín, que a missão evangelizadora num continente marcado pela exclusão, implica a denúncia de toda injustiça e da opressão, constituindo-se num sinal de contradição para os opressores (Med 14,10). A *diakonía* histórica da Igreja, enquanto serviço profético, diante de grandes interesses de grupos, pode redundar em perseguição e martírio, conseqüência da fidelidade à opção pelos pobres¹³. O testemunho dos mártires das causas sociais é a mais viva expressão da vivência da fé cristã na fidelidade à opção pelos pobres, em uma sociedade injusta e excludente. *Aparecida* falará deles como nossos santos e santas, ainda não canonizados (DA 98).

¹² Para Gustavo Gutiérrez, no Vaticano II, os conflitos sociais são tocados em termos gerais da presença da miséria e da injustiça no mundo. Não vai às causas, apontando para a relação ricos-pobres, desenvolvimento-subdesenvolvimento, primeiro-terceiro mundo, cf. Tamayo, J. J. *Presente y futuro de la teología de la liberación*. Madrid. San Pablo, 1994. p. 48.

¹³ Comblin, J. “Los pobres en la Iglesia latinoamericana y caribeña”. Em: *Tejiendo Redes de Vida y Esperanza. Cristianismo, sociedad y profecía en América Latina y El Caribe*. Op. cit. p. 289-305, aqui p. 301-304.



Em consequência, na fé cristã, a opção pelo sujeito social –o pobre- implica igualmente a opção pelo seu lugar social. A evangelização, enquanto anúncio encarnado, precisa do suporte de uma Igreja sinal, compartilhando a vida dos pobres (Med 14,15) e sendo uma presença profética e transformadora (Med 7,13). Não basta uma Igreja dos pobres. Faz-se necessário o testemunho de uma Igreja pobre e simples, pois a instituição também é mensagem, o modo como moramos é mensagem, as estruturas são mensagem, porquanto afetam o caráter de sacramento da Igreja, de sinal visível do Reino no mundo. O “pacto das catacumbas”, firmado por uma centena de bispos proféticos no encerramento do Concílio Vaticano II¹⁴, continua questionando o retorno da Igreja barroca – Igreja massa, poder, rica, prestígio, da visibilidade.

4. As fontes bíblico-patristicas de um itinerário formativo em favor da vida

O fundamento do compromisso cristão, em favor da “via de nossos povos”, está nas fontes bíblico-patristicas, que o magistério, sobretudo através da Doutrina Social da Igreja, procurou continuamente explicitar e atualizar no contexto histórico de cada época. É a estas fontes que um programa de formação precisa remeter a motivação de todo engajamento social dos cristãos. Neste particular, os Santos Padres, desde a primeira-hora do cristianismo, souberam explicitar, com contundência, o evangelho social de Jesus. Não precisamos recorrer às ideologias para fazer ponte entre fé e compromisso social, a não ser como mediações para a ação, pois, como diziam os católicos sociais do século XIX na França – “sociais, porque cristãos”.

4.1. A opção pelos pobres está implícita na fé cristológica

A preocupação da Igreja com os que têm sua vida profanada, não é exclusiva de nosso tempo, muito menos a preocupação pela sorte dos pobres, pois ela é normativa do próprio evangelho de Jesus Cristo. Como disse Bento XVI em Aparecida – “a opção pelos pobres

¹⁴ Cf. Chenu, M.-D. *La Iglesia de los pobres en el Vaticano II*. Em: *Concilium* 124 (1977); p. 73-79.

está implícita na fé cristológica". São Gregório de Nissa dá testemunho desta identidade cristã, falando de uma "multidão de Lázarus" ou de uma "multidão de escravos diante da porta". Também não faltam "estrangeiros e emigrantes". Por toda parte aumenta o número daqueles que buscam auxílio, diz ele¹⁵.

Os Santos Padres tomaram posição decidida e firme frente a esta realidade, uma postura exemplar para todos os tempos. Em sintonia com o apóstolo Paulo, eles insistem no *dever e no direito ao trabalho*, enquanto estabelecido por Deus e inscrito na obra da Criação. Pelo trabalho, o ser humano participa da obra do Criador, trabalhando se faz co-Criador. Como Diz Santo Irineu, "*de Deus o homem recebeu a mão que edifica e trabalha*", contrapondo-se à mentalidade comum no mundo grego-romano de que trabalho manual é para os escravos.

Outro tema caro aos Santos Padres é o dos *bens materiais*. Os seres humanos são seus usuários, jamais donos dos bens terrenos, que foi dado por Deus para o bem de todos. Deus é o único senhor das coisas, das quais o ser humano é o administrador, segundo os desígnios de Deus. Nesta perspectiva, prescrevia a Didaqué: "*Não rejeitarás o indigente. Terás tudo em comum com teu irmão, e não dirás que um bem é teu, pois se compartilhamos os bens imortais, quanto mais devemos fazê-lo com os bens passageiros*"¹⁶.

É notável a preocupação dos Padres pelos pobres na Igreja. À luz das exigências da fraternidade, a comunidade eclesial deve colocar-se "em defesa dos pobres". São João Crisóstomo exorta aos fiéis para que "*se convençam de que a maior honra está em assemelhar-se aos pobres, compartilhando suas próprias tribulações*"¹⁷. O *Pastor de Hermas* louva os bispos que "*fizeram de seu ministério um refúgio perpétuo para os pobres e as viúvas*"¹⁸. São Policarpo convida os presbíteros a ser caritativos e misericordiosos para com todos: "*visitem aos enfermos, não descuidem as viúvas, ao órfão e ao pobre; sejam sempre*

¹⁵ Cf. Quasten, J. *Patrología II. La Edad de Oro de la literatura patristica griega*. Madrid. BAC, 1962, p. 268-297.

¹⁶ DIDAQUÉ, IV, 8.

¹⁷ São João Crisóstomo, *Sermão sobre 1Cor 16, 1-4*. Petrópolis. Vozes, 1986, p. 67.

¹⁸ *Pastor de Hermas*, Sim IX, 27. Paris. Ed. Du Cerf, 1963. p. 437.



*solícitos em fazer o bem diante de Deus e diante dos homens*¹⁹. São Basílio é incisivo ao falar da obrigação dos ricos para com os pobres: *“quem despoja um homem de sua roupa é um ladrão. Quem não veste o indigente, podendo fazê-lo, merecerá outro nome? O pão que guardas em tua despensa pertence ao faminto, assim como pertence ao despido o abrigo que escondes em teu armário. O sapato que mofa em tuas gavetas pertence ao descalço. Ao miserável pertence o dinheiro que escondes*²⁰.

O pano de fundo, tanto da solidariedade ao modo de vida austera do pobre, quanto a ação em favor dele, é a fraternidade, compreendida dentro da dinâmica do amor. Santo Inácio de Antioquia vê a Igreja como uma fraternidade, em que, em seu seio, os cristãos serão pessoas que se amam, que se sentem solidárias, comungando na unidade e na ajuda mútua. Tanto que aos cristãos, concretamente aos cristãos de Lion, estão proibidas algumas profissões, como as que se relacionam com a idolatria (fabricantes de ídolos), a violência (gladiadores) ou à imoralidade (magia), etc.

4.2. Sagrada Escritura e compromisso social

Para os Santos Padres existe uma relação intrínseca entre Evangelho e compromisso cristão com os pobres. A Palavra de Deus é caminho para os pobres e, portanto, referencial de todas as concepções sociais dos Santos Padres. É dela que deriva o sentido social da justiça, do amor e do respeito ao outro, em sua dignidade e valores, sublinhando a igualdade fundamental de todos. Daí decorre o dever do pastor em apascentar preferencialmente os pobres. É ele, em primeiro lugar, que vivendo junto ao povo, deve partilhar suas dificuldades, suas alegrias e sofrimentos.

Santo Ambrósio dá testemunho de quão a sociedade do séc. IV, por exemplo, estava fortemente marcada pelas diferenças entre ricos e pobres: *“de um lado, os pecadores na abundância e nos cargos honoríficos, com uma prole sã e, de outro, o justo na pobreza e sem cargos, com uma prole débil de corpo, uma classe frequentemente*

¹⁹ São Policarpo, *Aux Philipiens*, VI, 1. Paris. Ed. Du Cerf, 1963. p. 211s.

²⁰ São Basílio Magno, *Homilia 6. Contra a Riqueza*, 7.

na aflição²¹. Em outra passagem, ele defende o pobre, vítima muitas vezes da fraude, da violência e da opressão por parte dos ricos. São Gregório Nazianzeno, chama a atenção para a ganância de muitos ricos, que só querem acumular casas à sua casa, mais campos aos que possuem, para isso, acossando seus vizinhos, no intuito de eliminá-los e, assim, dominar sozinhos²².

Em seu *Comentário ao Evangelho de São Lucas*, Santo Ambrósio insiste que Deus criou o universo para o uso de todos os homens e exorta aos ricos à bondade. Ele fala das vantagens da pobreza e destaca suas dimensões cristológicas²³. A justiça social e a caridade impõem obrigações para a coletividade. O homem não é o árbitro da criação, para que faça o que bem entenda, mas deve fazer uso das coisas, respeitando os limites postos por Deus e administrando-as de acordo com seu verdadeiro proprietário, Deus. Não tem sentido a propriedade que não é usada por quem a possui e, pior ainda, quando este nem sequer permite que outros a utilizem²⁴.

Em relação à terra, os Santos Padres, sensíveis à Sagrada Escritura, proclamam que ela deve ser usufruída em comum, por todos. O egoísmo, fruto do pecado, quebra esta harmonia e cria tensões e violência. Escreve São João Crisóstomo: *“Deus não fez a uns ricos e a outros pobres. Deu a mesma terra a todos. As palavras “meu” e “teu” são motivo e causa de discórdia. A comunhão de bens é uma forma de existência mais adequada à natureza, do que a propriedade privada”*²⁵. São Jerônimo recrimina os ricos quem, apesar da angústia presente em toda parte, esbanjam seu dinheiro, totalmente esquecidos dos pobres²⁶. Neste sentido, Santo Ambrósio condena o excesso de álcool nas tabernas e banquetes, a comilança e busca desenfreada de alimentos custosos. A fim de evitar o pagamento de impostos, não faltará quem prefira o concubinato ao casamento.

²¹ Santo Ambrósio, *De Officiis*, 1.12, 40.

²² São Gregório Nazianzeno, *In patrem tacentem propter plagam grandinis* 18.

²³ Santo Ambrósio, *Comentários sobre São Lucas*, 8,83-84.

²⁴ *Ibid.*, De Nabuthae, 16,67.

²⁵ São João Crisóstomo, *Epístola I ad Tm* XII, 4.

²⁶ Santo Jerônimo, *Epístola* 130, 5.



5. Princípios e diretrizes de ação de um itinerário formativo em favor da vida

No intuito de fornecer subsídios para um programa formativo em favor da vida, além de explicitar os fundamentos teológicos do processo, de fornecer um diagnóstico da realidade da “vida de nossos povos” e as bases eclesiológicas capaz de levar a comunidade eclesial a um compromisso concreto no seio da sociedade, convém igualmente pelo menos elencar os principais princípios e diretrizes de ação de tal compromisso. Os encontramos na Doutrina Social da Igreja, de modo particular no magistério pontifício, em suas já dez encíclicas sociais.

5.1. Princípios para um engajamento cristão em favor da vida²⁷

Trata-se de “princípios permanentes” sistematizados pela antropologia teológica e e fundados na dignidade do ser humano, pelo fato de ter sido criado à imagem e semelhança de Deus:

1st. O ser humano é necessariamente fundamento causa e fim de todas as instituições sociais (*Mater et Magistra*, 219).

2nd. O ser humano tem uma dignidade, que se baseia no fato de ser inteligente e livre e de haver sido criado à imagem e semelhança de Deus e elevado a um fim sobrenatural transcendente, à vida terrena (*Pacem in Terris*, 9-10). Esta dignidade faz da pessoa sempre um fim e nunca um meio, para nada e para ninguém.

3rd. Todo ser humano, por ser pessoa, tem direitos fundamentais, que emanam de sua própria natureza, e que são universais, invioláveis e inalienáveis. Decorrentes destes direitos, todo ser humano tem também uns deveres fundamentais (*Pacem in Terris*, 9).

²⁷ Cf. Congregação para a Educação Católica. *Orientações para o Estudo e Ensino da Doutrina Social da Igreja*, nn. 30-42. Ver, também, Bonnín, E. *Naturaleza de la Doctrina Social de la Iglesia. Análisis Del aspecto teórico, histórico y práctico*. México. Indosoc, 1990, p. 53-55; Pontifício Conselho Justiça e Paz. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo. Paulinas, 2005, p. 101-125. Ver, também, Bonnín, E. *Naturaleza de la Doctrina Social de la Iglesia. Análisis Del aspecto teórico, histórico y práctico*. Op. Cit. p. 57-58.



4th. “A pessoa humana, pela sua própria natureza, tem absoluta necessidade de vida social” (*Gaudium et Spes*, 25), isto é, o ser humano, para alcançar seu completo desenvolvimento, não pode fechar-se em si mesmo. Todos e cada um necessitam dos demais e da sociedade.

5th. O bem comum deve ser considerado como a própria razão de existir dos poderes públicos (*Pacem in Terris*, 54). Este bem comum é “o conjunto de condições da vida social, que torna possível as associações e a promoção mais plena e mais fácil da própria perfeição de cada um de seus membros” (*Gaudium et Spes*, 25).

6th. A solidariedade e a subsidiariedade são outros dois princípios que devem regular a vida social. De acordo com o princípio de solidariedade, toda pessoa, como membro da sociedade, está indissolúvelmente ligada ao destino da mesma e, em virtude do Evangelho, ao destino da salvação de todos. As exigências éticas da solidariedade requerem que todas as pessoas, grupos, comunidades e nações participem na gestão das atividades da vida econômica, política e cultural, superando toda concepção individualista. Complemento da solidariedade é o princípio da subsidiariedade, que protege a pessoa humana, as comunidades locais e os grupos intermediários de perder sua legítima autonomia. Pela subsidiariedade, toda instância de ordem superior só pode imiscuir-se na solução dos problemas de uma instância inferior, quando esta esteja incapacitada para fazê-lo (*Quadragesimo Anno*, 79).

7th. É a participação que assegura a realização das exigências éticas da justiça social. A participação justa, proporcionada e responsável de todos os membros e setores da sociedade no desenvolvimento da vida social é o caminho seguro para conseguir uma melhor convivência humana.

8th. A igualdade. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos fundamentais. Toda forma de discriminação da pessoa, seja social ou cultural, por motivos de sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião deve ser eliminada, por ser contrária ao plano divino, que quer que todos se relacionem fraternalmente uns com os outros (*Gaudium et Spes*, 29).



9th. O destino universal dos bens. Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para uso de todas as pessoas e povos. Conseqüentemente, os bens criados devem chegar a todos, em forma eqüitativa. Independente do regime propriedade, jamais se deve perder de vista o *destino universal dos bens* (*Gaudium et Spes*, 69). Por isso, o direito de propriedade privada, em si legítimo, não deve ser estendido como algo *absoluto e intocável*, mas sempre como algo subordinado ao direito do *uso comum*, ao destino universal dos bens (*Laborem Exercens*, 14).

5.2. Diretrizes de ação para um engajamento cristão em favor da vida²⁸

Respaldados na Doutrina Social da Igreja, podemos também elencar algumas diretrizes de ação, que precisam estar presentes num programa de formação em favor da vida. O compromisso social dos cristãos numa perspectiva de fé em favor da vida, não é deduzido de considerações filosóficas e éticas *a priori*, mas brota de um discernimento da realidade de pessoas contextualizadas, à luz do Evangelho.

1st. *A defesa da dignidade da pessoa humana*. A dignidade da pessoa humana leva consigo o respeito e a promoção de todos os direitos pessoais e sociais inerentes à sua natureza.

2nd. *Ação em colaboração com todas as forças vivas da sociedade*. A situação do mundo atual exige o compromisso de todas as pessoas de boa vontade. Daí a necessidade do exercício de um diálogo respeitoso das diferenças, como método idôneo para encontrar uma solução aos problemas, mediante acordos programáticos e operacionais.

3rd. *Engajamento concreto em favor da justiça e da solidariedade*. O mundo de hoje está marcado pela fome, o desemprego, a marginalização social e crescentes desigualdades, que separam os ricos - países, regiões, grupos, pessoas - dos pobres. Estas formas de

²⁸ Cf. Congregação para a Educação Católica. *Orientações para o Estudo e Ensino da Doutrina social da Igreja*, nn. 54-65.

exclusão, muito mais complexas que em épocas precedentes, exigem a promoção da justiça e da solidariedade.

4th. *Formar pastores e leigos para o compromisso social.* A ação concreta no campo das realidades temporais compete a todos os batizados. Para isso, faz-se necessário que adquiram, sobretudo os leigos, junto com a formação moral e espiritual, a competência necessária no campo científico e político, que os capacita para realizar uma ação eficaz no seio da sociedade.

5th. *Abertura para acolher os sopros do Espírito, que vêm de fora da Igreja.* A Igreja não oferece um modelo próprio de vida social; por isso, ela se propõe a colaborar, dentro do inevitável quadro de pluralismo de projetos e hipóteses de trabalho, conseqüência de um mundo pluralista e de uma sociedade autônoma.

6th. *Prioridade aos pobres.* A prática do mandamento do amor, segundo o Espírito do Evangelho e testemunhada pela tradição da Igreja, contempla prioritariamente os pobres. *Sollicitudo Rei Socialis* é incisiva: *“Hoje, dada a dimensão mundial que adquiriu a questão social, este amor preferencial ... não pode deixar de abarcar as imensas multidões de famintos, mendigos, sem-casa, sem cuidados médicos e, sobretudo, sem esperança num futuro melhor. Ignorar estas situações, significaria assemelhar-nos ao “rico Epulão”, que fingia não conhecer o mendigo Lázaro, prostrado à sua porta”* (n. 42; cf. Lc 16, 19-31).

A modo de conclusão

Não basta formar os cristãos. Para desencadear um autêntico itinerário formativo no seio de uma Igreja inserida na concretude da história, antes, é preciso ter presente “para quê” formar. E mais, é o “para quê” formar que determina o “quê” da formação.

Em primeiro lugar, a proposta evangélica, posta em relevo por *Aparecida*, coloca a “vida em abundância” como “ponto de chegada” ou finalidade da obra evangelizadora. E como esta “plenitude” da vida na meta-história se refere à vida intra-histórica, o “ponto de partida” da ação evangelizadora é sempre o “real” da realidade da vida de nossos povos. Para que seja uma formação que se dá “na”



ação e “para” a ação, todo itinerário formativo na Igreja precisa também ter como finalidade o cuidado, a defesa e a promoção da “vida” humana e seus ecossistemas, no seio da obra da Criação. Segundo a *Populorum Progressio*, retomada por Bento XVI em *Aparecida*, a tarefa cristã refere-se à plenitude de vida para a pessoa inteira e todas as pessoas, ou seja, a promoção de um humanismo integral, aberto ao absoluto, “para nossos povos”.

Em segundo lugar, pensar um itinerário formativo, cuja finalidade é “a vida em plenitude para nossos povos”, implica concebê-lo como imperativo da própria fé cristã, que não foge do “real” da realidade da vida, pois religião não é escapismo da concretude da história. Também faz-se necessário que o processo formativo leve a uma “ação eclesial”, não individual, atomizada ou dispersa, levada a cabo pelo conjunto dos membros da comunidade eclesial, em perspectiva transformadora, profética, libertadora. Os fundamentos de uma formação que leva a este compromisso estão nas fontes bíblico-patristicas, de onde decorrem princípios e diretrizes de ação, sistematizados pela Doutrina Social da Igreja, no contexto de cada época.

Tal como reconhece *Aparecida*, é louvável o esforço que a Igreja na América Latina e o Caribe tem feito com a multiplicação de espaços e programas de formação, sobretudo dos leigos e leigas (DA 214). Entretanto, à luz da V Conferência, urge ajustar o foco desta formação: a finalidade de todo itinerário formativo na Igreja precisa estar direcionado para a promoção da “vida em plenitude” de nossos povos, dentre os quais os povos indígenas e afro-americanos são prioritários. A Igreja em nosso Continente, marcado por múltiplas formas de agressão à vida, precisa tornar-se “*morada de povos irmãos e casa dos pobres*” (DA 8, 524), pois, “*tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Cristo*” (DA 393).